

ÓTIMA TRANSPORTES DE SALVADOR SPE S/A

CNPJ nº 21.188.004/0001-15

Prezados Senhores Acionistas,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. e da sociedade em geral, nossas demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações completas examinadas pelos Auditores Independentes encontram-se na sede da Companhia. Desde já nos colocamos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Salvador, 13 de maio de 2026.

A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
ATIVO		PASSIVO		2025		2024		2025		2024		2025		2024		
Ativo Circulante		Passivo Circulante		Receita operacional líquida (Nota 22)		634.320		625.818		Fluxo de caixa das atividades operacionais		(36.704)		(31.582)		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	10.080	23.074	Fornecedores (Nota 13)	13.088	12.778	Custo dos serviços prestados (Nota 23)	(571.636)	(585.962)								
Adiantamentos (Nota 5)	3.140	2.921	Adiantamento de bilhete (Nota 14)	56.056	48.323	Lucro bruto	62.684	39.856	Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos gerados nas atividades operacionais		(36.704)		(31.582)			
Créditos a receber (Nota 6)	225	439	Obrigações trabalhistas (Nota 15)	49.240	45.282	Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(37.351)	(35.382)	Depreciação de imobilizado (Notas 9 e 25)		25.054	25.510	Depreciação de direito de uso (Notas 12 e 25)		11.846	12.163
Tributos a recuperar	778	501	Obrigações tributárias (Nota 16)	2.074	3.809	Depreciações (Nota 25)	(814)	(539)	Amortização do intangível (Notas 10 e 26)		3.619	3.651	Amortização do intangível (Notas 10 e 26)		11.667	68.455
Estoques (Nota 7)	4.634	6.727	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	46.707	39.714	Amortizações (Nota 26)	(96)	(119)	Aluguel de frota não pago (Notas 11 e 23(ii))		324	949	Baixa líquida de imobilizados (Nota 9)		324	949
Despesas antecipadas (Nota 8)	3.903	3.638	Aluguel a pagar (Nota 11)	5.291	29.907	Outros resultados operacionais, líquidos (Nota 27)	(9.194)	(951)	Baixa líquida de arrendamentos (Nota 27(b))		(29)	(70)	Contingências provisionadas, líquidas (Notas 19 e 27(c))		4.431	(546)
Total do Ativo Circulante	22.760	37.300	Arrendamento a pagar (Nota 12)	11.464	9.630	Lucro operacional	15.229	2.865	Juros sobre concessão a pagar (Notas 18 e 28)		16.779	9.028	Juros sobre aluguel a pagar (Notas 11 e 28)		8.323	4.000
			Concessão a pagar (Nota 18)	-	52	Receitas financeiras (Nota 28)	988	1.327	Juros sobre empréstimos e financiamentos (Notas 17 e 28)		20.137	16.833	Juros sobre arrendamentos a pagar (Notas 12 e 28)		7.097	5.235
			Total do Passivo Circulante	183.920	189.495	Despesas financeiras (Nota 28)	(52.921)	(35.774)	Rendimentos sobre títulos de aplicação (Nota 28)		(754)	(1.116)	Anistias das obrigações da concessão (Nota 18)		(1.691)	-
			Passivo Não Circulante			Resultado financeiro líquido	(51.933)	(34.447)	Prejuízo do exercício		(36.704)	(31.582)	(Aumento) redução dos ativos operacionais			
			Fornecedores (Nota 13)	530	528	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(36.704)	(31.582)	Adiantamentos		(219)	97	Tributos a recuperar		(118)	(349)
			Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	75.386	107.266	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	-	Créditos a receber		40	561	Estoques		2.093	(1.528)
			Aluguel a pagar (Nota 11)	161.659	127.800	Prejuízo do exercício	(36.704)	(31.582)	Despesas antecipadas		(265)	(3.599)	Depósitos judiciais		733	(830)
			Arrendamento a pagar (Nota 12)	50.590	23.782	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			Aumento (redução) dos passivos operacionais				Fornecedores		312	(974)
			Concessão a pagar (Nota 18)	167.218	150.439	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Adiantamentos de bilhete (Nota Explicativa no 14)		56.056	48.323	Obrigações trabalhistas		3.958	2.647
			Provisões para contingências (Nota 19)	9.519	8.425	Prejuízo do exercício	(36.704)	(31.582)	Obrigações tributárias		(1.735)	(1.579)	Concessão a pagar		1.639	-
			Total do Passivo Não Circulante	464.902	418.240	Total do resultado abrangente do exercício	(36.704)	(31.582)	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17(a))		(20.137)	(16.833)	Juros pagos sobre arrendamento (Nota 12)		(7.097)	(5.235)
			Passivo a descoberto			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			Juros pagos sobre aluguel (Nota 11(d))		(2.829)	(4.009)	Pagamento de contingências (Nota 19)		(3.337)	(1.711)
			Capital social (Nota 21)	17.000	17.000	Passivos de Contratos com Clientes	2025	2024	Juros pagos sobre demais obrigações (Nota 28)		(585)	(669)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		50.870	83.101
			Prejuízos acumulados (Nota 21)	(310.354)	(273.650)	Adiantamento de bilhete (Nota Explicativa no 14)	56.056	48.323	Fluxo de caixa das atividades de investimentos				Aquisição de imobilizados (Nota 9)		(21.131)	(87.985)
			Total do Passivo a descoberto	(293.354)	(256.650)	Total	56.056	48.323	Aquisição de intangíveis (Nota 10)		-	(30)	Resgate de títulos de capitalização vinculados		715	979
			Total do Passivo e do Passivo a descoberto	355.468	351.085				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(20.416)	(87.036)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
			Total do Ativo	355.468	351.085				Captação de financiamentos para aquisição de ativos (Nota 17(a))		14.860	71.368	Pagamento de obrigações de aluguel a pagar (Nota 11(d))		(7.918)	(28.809)
									Pagamento de obrigações de arrendamento (Nota 12(c))		(10.643)	(10.441)	Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 17(a))		(39.747)	(27.786)
									Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(43.448)	4.332	Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(12.994)	397
									Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.074	22.677	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		10.080	23.074
									Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(12.994)	397				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Passivo a descoberto
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.000	(242.068)	(225.068)
Prejuízo do exercício	-	(31.582)	(31.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.000	(273.650)	(256.650)
Prejuízo do exercício	-	(36.704)	(36.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.000	(310.354)	(293.354)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL – A Ótima Transportes de Salvador SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Estrada Campina Pirajá, número 1.175, galpão número 3, Campina de Pirajá em Salvador, Bahia, que explora atividade com propósito específico de operar a concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros de ônibus urbanos no Município de Salvador (“Poder Concedente”), estado da Bahia. A Companhia foi constituída em 04 de setembro de 2014 e teve o início de sua operação em 22 de abril de 2015. Esta concessão tem prazo de vigência de 25 anos não podendo ser prorrogada. A tarifa básica contratual tem seu valor contratual revisto a cada quatro anos e, nos intervalos, reajustado anualmente pela fórmula paramétrica. A Companhia opera com 57,75% do sistema de transporte público de Salvador. Em 2024, o Poder Concedente formalizou a retificação do estudo de revisão da metodologia e precificação tarifária do quadriênio 2023-2026. O estudo foi revisado e atualizado por meio do Ofício no 47/2025 de 15 de dezembro de 2025 a ARSAL demonstrou para a Companhia uma tarifa técnica de remuneração ajustada pela fórmula paramétrica em R\$6.0273 para 2025 e R\$5,53 para 2024. Ainda assim, a Administração avaliou os impactos do relatório final e formalizou novas discussões acerca de parte das estimativas utilizadas pelo Poder Concedente nos relatórios das quais foram consideradas pela Administração como incertas, especialmente em requisitos relacionados à demanda ao longo do quadriênio e do montante e características dos investimentos operacionais. Em decorrência dos estudos tarifários do quadriênio 2023-2026, o poder concedente publicou a lei 9.762 de 14 de novembro de 2023, regulamentada posteriormente pelo Decreto 37.812 de 24 de novembro de 2023 e suas alterações, inclusive o Decreto 40.582 de 05 de setembro de 2025, cujos reflexos estão a seguir destacados ou refletidos ao longo das demonstrações contábeis, quando permitidas:

- Mensuração e quitação das reparações dos desequilíbrios do contrato de concessão para os meses incorridos de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, calculados com base na diferença entre a tarifa técnica e a tarifa pública. Em 2025 foi recebido o montante de R\$25.260 (Nota Explicativa no 22);
- Regulamentou a esperada anistia da outorga e suas correções incidentes sobre os débitos vencidos e não pagos (“Concessão transporte urbano”) na Nota Explicativa no 18). A administração ainda aguardada a publicação do regulamento que definirá a forma e o cronograma para concretização esperada dos efeitos nas demonstrações contábeis;
- Estabeleceu o rito para extinguir cobrança, nas esferas jurídicas ou administrativas, dos débitos e correções anisteados;
- Firmou entendimento acerca da manutenção das garantias contratuais previstas no contrato de concessão. Ao longo de 2025, a Companhia revisou, como previsto no instrumento de confissão de dívida com as locadoras, a composição dos preços das locações. O saldo confessado foi dividido em prestações fixas no valor de R\$ 92.687 e corrigido mensalmente pela taxa de 0,47%. Além disso, revisto o instrumento também;
- Locações variáveis para os veículos que permanecem ativos até a sua desativação e/ou substituição autorizada pelo poder concedente;
- Revisão dos saldos devedores e precificação das locações a cada semestre por consultorias independentes; e
- Aprovação, nos termos dos regulamentos internos da Companhia, dos estudos de revisão e precificação das locações variáveis pela alta administração. Em 05 de janeiro de 2025 a Portaria no 001/2025 publicada no Diário Oficial no 8.942 do Município de Salvador, reajustou o preço da tarifa pública em R\$0,40 (quarenta centavos) passando a ser cobrada ao público o valor de R\$5,60 (antes R\$5,20). Em 17 de outubro de 2025 foi publicada a Lei no 9.872/2025 e suas alterações, autorizou a concessão, quando necessário, de subsídio orçamentário ao serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus convencional e complementar, por exercício, com lei específica aprovada pela Câmara de Vereadores, calculado com base na modelagem econômico-financeira das contratações, com o objetivo de assegurar a modicidade tarifária, a universalização do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos de delegação, sempre que identificado déficit tarifário de responsabilidade do Poder Concedente.
- Definiu e alterou condições necessárias para o recebimento das demais reparações tarifárias;
- Definiu e alterou ritos administrativos e documentais para monitoramento dos resultados tarifários;
- Autorizou a concessão de subsídio orçamentário ao serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus convencional para o exercício de 2025, no valor máximo total de R\$63.000 (sessenta e três milhões de reais). Em 2025 foi recebido o montante de R\$18.480 (nota 22);
- Em 24 de outubro de 2025 foi publicada a Lei nº 9.877/2025 que alterou o art. 1º da Lei nº 9.477, de 29 de agosto de 2019, que:
 - Estendeu a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização TRCF que passaram a vigorar da data de publicação da lei a até o prazo certo até 31 de dezembro de 2030;
 - Anistiu R\$1.691 dos débitos decorrentes de multas operacionais, regulatórias aplicadas pelo Poder Concedente transitadas em julgamento na instância administrativa até 31 de dezembro de 2025 (Nota Explicativa nº 18). Não houve saldo comparativo.

1.1. Capital Circulante líquido negativo – Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$161.160 (2024 – R\$152.195), decorrentes principalmente de passivos com adiantamento de bilhete (R\$56.056), obrigações trabalhistas (R\$49.240), empréstimos e financiamentos (R\$46.707) e aluguel a pagar (R\$5.291). Para fazer face a estas obrigações que vencem no curto prazo constam a seguir algumas ações já adotadas: As leis e os decretos promulgados desde 2023 (Nota Explicativa nº 1) resultante das tratativas junto ao Poder Concedente estabeleceu entre as partes os seguintes direitos e obrigações relevantes, já destacados, com impacto no capital circulante líquido:

- (i) Alcançou junto ao poder concedente medidas que oportunizam segurança econômico-financeira e segurança jurídica, especialmente em relação às captações das reparações tarifárias (Nota Explicativa no 22) redirecionando recursos financeiros para a manutenção adequada da prestação de serviço, além de ampliar parcerias com instituições do mercado financeiro e de seguros contribuindo para a manutenção das garantias e investimentos de longo prazo, especialmente em ônibus com ar condicionado, inclusive elétricos, equipamentos de captação de energia limpa e ampliação de investimentos em benefícios com finalidade de alcançar níveis superiores de segurança, saúde e meio ambiente;
- (ii) Revisou junto ao poder concedente o cronograma de investimentos em frota;
- (iii) Mitigou exposições às contingências regulatórias resultando em segurança jurídica. Para fazer face às obrigações de Aluguéis a Pagar que venceram no curto prazo, a Administração suspendeu e renegociou as prestações e os prazos de vencimentos, bem como revisando a composição de preços com os credores (Notas Explicativas nºs 1 e 11). A Companhia aguarda o desfecho das tratativas técnicas com o poder concedente, especialmente em relação às remunerações tarifárias e especificações dos novos investimentos para concretizar os resultados positivos esperados.

1.2. Passivo a descoberto – Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia pos-

suou um Passivo a descoberto de R\$293.354 (2024 – R\$256.650) e apurou prejuízo no exercício de R\$36.704 (2024 – prejuízo de R\$31.582). Mesmo o Poder Concedente tendo concluído as ações de: revisão do estudo acerca da metodologia e precificação tarifária do quadriênio 2023-2026; a promulgação da legislação necessária para permitir a anistia da outorga e correções inerentes e multas regulatórias conforme previsto em acordos; a busca pela eficiência e integração operacional entre os diferentes modais da região; a Companhia obteve indicadores menores do que o esperado pela Administração para o exercício de 2025. Isso foi, justificado pela arrecadação menor do que a prevista para o ano tarifário, aliado à postergação de ações que consolidam e permitem anistiar a outorga e correções inerentes e a conclusão integral das mudanças nas ações de reestruturação e integração do sistema de transporte de Salvador. Todos esses aspectos foram previstos originalmente para serem concluídos em 2025, mas não alcançados em sua totalidade até o final do exercício.

1.3. Continuidade operacional – A Administração concentra todos os esforços na materialização dos resultados positivos esperados como consequência das ações mencionadas na Nota Explicativa no 1.1, além das ações de conclusão da reestruturação das linhas do sistema de transporte de Salvador. A Administração entende que estas ações são suficientes para sustentar a continuidade operacional, o restabelecimento do capital circulante líquido e a reversão dos prejuízos acumulados observados ao longo da concessão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que a materialização dos resultados positivos em conexão com a implementação dos planos na Nota Explicativa no 1.1, serão suficientes para endereçar as incertezas relevantes em relação a continuidade operacional identificadas nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025. Mesmo tendo implementado parte dessas ações em 2025, a Administração tem a expectativa de que a conclusão em sua totalidade geram impactos positivos e sejam notados ainda mais em 2026 e nos anos seguintes. Mesmo diante de um cenário econômico adverso e fluxos de caixas limitados e comprometidos com dívidas no curto prazo, a Administração espera que as ações previstas para reestabelecimento do capital circulante líquido por meio da remuneração necessária e suficiente à manutenção da prestação dos serviços e reestruturação do sistema de transportes convencional de Salvador sustentem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e gere contrapartidas a fim de manter o fluxo de caixa da Companhia. A regulamentação da anistia e a reestruturação do sistema STCO permitem à Administração disponibilizar os recursos de caixa de curto prazo, antes comprometido com débitos municipais, para o cumprimento das demais obrigações, inclusive as relacionadas a investimentos mencionados na Nota Explicativa nº 1.1. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS – As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas adiante, e vem sendo aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis para o exercício em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria, em 29 de abril de 2026.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa – Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3. Contratos com clientes – A Companhia reconhece ativos e passivos de contrato somente se a contraparte do contrato for um cliente. O cliente é a parte que contratou com a Companhia para obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da Companhia em troca de contraprestação. Um contrato só tem os efeitos contabilizados quando: (i) As partes aprovam o contrato, seja verbalmente, por escrito ou de acordo com as práticas usuais do negócio; (ii) quando a Companhia identifica os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; (iii) quando a Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens e serviços a serem transferidos; (iv) quando se espera que os fluxos de caixa futuros modifiquem o resultado do contrato; (v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Ativos e Passivos de Contratos com Clientes – Quando a Companhia conclui que o desempenho por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente é satisfeito antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia apresenta o contrato como ativo de contrato, excluindo quaisquer valores apresentados como recebível. Ativo de contrato é um direito da Companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a Companhia transferiu ao cliente. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui ativos de contrato. Se o cliente paga a contraprestação ou a Companhia tem direito ao valor da contraprestação incondicional (ou seja, recebível), antes que transfira o bem ou serviço ao cliente, a Companhia apresenta o contrato como passivo de contrato quando o pagamento for efetuado ou o pagamento for devido (o que ocorrer antes). Passivo de contrato é a obrigação da Companhia de transferir bens ou serviços ao cliente, em relação aos quais a Companhia recebeu a contra-

Se o prazo de vencimento é equivalente a um ano ou menos, os passivos de contratos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentados no passivo não circulante.

2.4. Receita de Contratos com Clientes – A Companhia reconhece como receita o valor do preço da transação alocada a obrigação de performance satisfaitas. A obrigação de performance é satisfeita quando a Companhia transfere o bem e o serviço prometido ao cliente e à medida que o cliente obtém o controle desse ativo. A Companhia avaliou suas receitas com clientes e classificou as obrigações de performance na forma seguinte: **Receitas reconhecidas ao longo do tempo** – São as receitas classificadas como “receitas de cessão de bens mobiliários”. As receitas de “Cessão de bens mobiliários” são cessões de direitos da Companhia mediante contraprestação do cliente por um período de tempo determinado. A Companhia classifica estas receitas no grupo de “outros resultados operacionais”. Em 31 de dezembro de 2025 não há obrigações de desempenho não satisfaitas. As obrigações de desempenho são satisfaitas e apropriadas ao resultado à medida do decurso do tempo e em bases lineares calculadas pela divisão entre o valor do contrato e os meses em que os contratos estão ativos. **Receitas reconhecidas em momento específico** – Receitas de transporte de passageiros são reconhecidas após efetiva prestação do serviço de transporte. Os bilhetes vendidos antes da efetiva prestação dos serviços são classificados no passivo circulante na conta Adiantamento de Bilhete. Os adiantamentos são reconhecidos na receita à medida que os créditos são utilizados pela efetiva prestação do serviço ou quando não utilizados, a título de Bilhetes Expirados, à medida que estes prescrevem os prazos de validade e é provável que os saldos não serão utilizados. “Outras Receitas de Transporte” referem-se à disponibilização de cartões de recarga dentre outros serviços que são reconhecidos no momento da disponibilização.

2.5. Estoques – Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados pelo custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. Os estoques também são reduzidos pelo reconhecimento de perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

2.6. Imobilizado – O imobilizado representa os bens corpóreos destinados à manutenção da Companhia e é registrado inicialmente ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas de depreciação e vida útil estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.7. Intangível – Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso. A vida de ativo intangível é avaliada como definida e são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **Licenças** – As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil. **Softwares** – As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos no resultado não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Contratos de Concessão – Considerando que a Companhia é parte de um contrato de concessão e que o direito adquirido dessa relação tem vida útil finita a Companhia contabiliza inicialmente o direito pelo valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. Em 31 de dezembro de 2025 e em 2024, o direito da Companhia em relação ao contrato de concessão está representado com a rubrica “Concessão de transporte urbano”. Conforme OCP 05 - Contratos de Concessão, itens 17 e 28, considerando que a Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor da obrigação pactuado no contrato pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no ativo intangível.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) – A Administração revisa anualmente o valor contábil, valores residuais e vida útil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou unidade geradora de caixa. O valor recuperável corresponde ao valor líquido de venda ou ao valor de uso, dos dois o maior. Os ganhos e as perdas de alienações ou desreconhecimento são determinados pela comparação dos valores de venda ou baixa com o seu valor contábil e os resultados são divulgados em “Outros resultados operacionais líquidos” na demonstração do resultado. A Administração da Companhia avaliou os indicadores internos e externos e os possíveis cenários e mesmo sendo observados indícios de prejuízos acumulados em anos anteriores, cenários econômicos adversos e limitações nas projeções dos fluxos de caixa futuros em função da concessão em processo de reestruturação concluiu que nenhuma perda de recuperabilidade deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025.

ÓTIMA TRANSPORTES DE SALVADOR SPE S/A – CNPJ nº 21.188.004/0001-15

benefício aplica-se às atividades de prestação de serviço de transporte coletivo municipal rodoviário de passageiros, explorações mediante a concessão municipal. A Companhia registrou no ano de 2025 subvenção relacionada a isenção dos tributos municipais ISS (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) e TRCF (Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização) concedida pela Prefeitura de Salvador. Estas subvenções foram classificadas reduzindo as contas de "tributos incidentes" (Nota Explicativa nº 22) à medida que os tributos isentados são reconhecidos no resultado e as condições para a obtenção do benefício são satisfetidas. A isenção mencionada acima foi renovada pela autoridade administrativa competente em 2025 e tem validade até 2030 por meio da Lei 9.877 de 2025, mediante avaliações que atestaram as condições, parâmetros, e variáveis considerados nos estudos de realinhamento tarifário que fundamentaram a isenção e justificou a manutenção do benefício. A autoridade administrativa competente é formada por uma comissão criada pela Câmara Municipal de Salvador que acompanha e fiscaliza o cumprimento do contrato de concessão cujo os termos foram alterados pelo TAC nº 35. Caso haja descumprimento das regras a isenção será revogada por lei municipal. Adicionalmente a Companhia reconheceu a título de subvenção governamental autorizado pelo Poder Concedente municipal os recursos decorrentes do contrato, da Lei e Decreto mencionado na Nota Explicativa nº 1. A transferência dos recursos em favor da Companhia tem o objetivo de garantir a continuidade dos serviços essenciais à sociedade. Tendo em vista que os prejuízos já haviam sido computados a subvenção recebida foi reconhecida no resultado. As subvenções em 2025 foram realizadas financeiramente e reconhecidas no resultado à medida que os custos se realizaram. Para fins de comparação dos resultados, esta subvenção afeta a linha de "Receita operacional líquida" demonstrada na Nota Explicativa nº 22. Os montantes totais de isenção em 2025 foram de R\$12.849 (R\$12.626 em 2024) para o ISS (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) e R\$3.148 (R\$3.093 em 2024) para o TRCF (Taxa de regulação, controle e fiscalização). Em 2025 não existem ativos e passivos contingentes relacionados a estas subvenções e não há, até a presente data, irregularidades ou obrigações não satisfetidas que impeçam a continuidade dos benefícios de isenção de tributos, ou ainda devolução dos recursos, no caso das receitas para mitigar os prejuízos da pandemia. 2.13. Arrendamentos – A Companhia aluga: • Garagens, equipamentos e veículos de apoio para desenvolver suas atividades operacionais e administrativas. • Ônibus utilizados para a prestação de serviços de transporte de passageiros; • Imóveis para dar apoio aos seus colaboradores em pontos estratégicos da cidade. Os contratos de aluguel são realizados por períodos determinados e podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contrapartida no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos acima, nos quais a Companhia é o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos que ocorram inicialmente; e • Custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no momento da contratação do arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes conforme Nota Explicativa nº 12(c) no momento da contratação. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos e ferramentas de TI e/ou para manutenções e conservação predial. Opções de prorrogação e extinção – As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos instrumentos de arrendamento da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas pode ser exercida tanto pelo arrendador como pela Companhia, desde que observem as premissas previstas nas cláusulas contratuais. Taxa de desconto – A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos através da análise dos contratos de empréstimos e financiamentos na data da contratação do arrendamento. A Nota Explicativa nº 12 divulga as taxas ajustadas. 2.14. Pronunciamentos novos ou avaliados pela primeira vez em 2025 – A Companhia avaliou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, 1o de janeiro de 2025 (exceto quando indicado em outra forma): • Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada. Em Controlada e Empendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – A Companhia não teve impactos em relação a esta norma. • Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – A Companhia não teve impactos em relação a esta norma. 2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes – As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Descontinuidade do CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis e novo CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis – O A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas Demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às Demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS 3.1. ESTIMATIVAS – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas – Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: i) Vida útil dos bens – A avaliação é feita pela Administração e considera a forma de utilização desses ativos nas operações da Companhia. Convém ressaltar que por estar inserida no ambiente de concessão pública os ativos relacionados à frota são bens destinados a esta prestação de serviços e, portanto, sua vida útil está sujeita a alterações, mediante avaliação de impacto, entre o Poder Concedente e a Companhia. Em 2025 e 2024 a vida útil recomendada pelo contrato de concessão junto ao Poder Concedente para estes bens é de 10 anos e o valor residual médio e estimado no final da vida útil é de R\$41 (R\$33 em 2024). A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. No caso do ativo imobilizado, a avaliação é feita pela administração e considera a forma de utilização desses ativos nas operações da Companhia. No caso de ativos intangíveis com vida útil definida, como softwares e concessão transporte

urbano, a avaliação é feita com base no tempo médio de utilização desses ativos, que considera os termos dos contratos. Os períodos de depreciação são revisados em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente. A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC 06 (R2) – Operações com Arrendamento Mercantil, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela alta administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a recuperável de permanência no imóvel. ii) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros – Uma perda por redução a valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custo adicionais para descartar. iii) Provisões para contingências – As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise de evidências disponíveis, como a vinculação do caso concreto à hierarquia das leis, comparação do objeto do processo com jurisprudências disponíveis de casos análogos, assim como comparação com decisões judiciais em casos análogos contra a Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas de forma a refletir alterações ocorridas durante o trâmite processual, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, audiências em que ocorra oitiva de testemunhas e juntada de novos documentos. As provisões para contingências, se aplicável, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente, se significativas, do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas às datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. iv) Taxa Incremental sobre Empréstimos do Arrendatário – A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e • Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a instituições financeiras parceiras no momento da contratação. Revisões da taxa incremental de empréstimos – As taxas incrementais dos passivos de arrendamento podem ser revisadas se: houver alteração no prazo de arrendamento ou alteração nos fluxos de pagamentos decorrentes de taxas de juros flutuantes; se houver alteração na avaliação de compra do ativo subjacente. Em 2025 e em 2024 não houve alterações nas taxas de descontos utilizadas. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial significativos. 3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis – i) Determinação do prazo e condições de arrendamento – Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado ou que não será rescindido. Estas avaliações levam em conta fatores dos quais o mais relevante é: (a) a Companhia considera as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios); (b) duração dos contratos de arrendamentos e (c) os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e se este seja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). ii) Continuidade operacional – A Administração considera que as ações divulgadas na Nota Explicativa nº 1, tais quais: revisão da metodologia, reestruturação e precificação tarifária do sistema de transporte de Salvador; a regulamentação de anistia da outorga e aporte dos dos subsídios autorizados por lei são referências para que as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 sejam apresentadas em base de continuidade operacional. 3.3. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Considerações gerais e políticas – A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, e se destina a atender as suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada através de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. a) Aplicações financeiras – Decorre da possibilidade da Companhia de sofrer perdas por adotação em instituições financeiras. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das instituições financeiras e acompanhamento permanente dos recursos próprios. A Administração da Companhia rege as instituições financeiras avaliadas por agências de rating com baixo risco e celebra com estes contratos para manter os excedentes de caixa. b) Gestão de riscos financeiros – Fatores de risco financeiro – As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas. i) Risco de mercado – A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças na avaliação de créditos. ii) Risco de taxa de juros – O risco de taxa de juros da Companhia envolve principalmente as aplicações financeiras, operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos e aluguel. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições ativas alteradas as taxas pré-fixadas. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 29. iii) Risco de liquidez – A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação através de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e do caixa e equivalentes de caixa. c) Gestão de capital – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas aprovam, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento que são permanentemente monitorados. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Esse índice corresponde à dívida líquida. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e financiamento de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A Administração depende de recursos de terceiros e/ou de seus acionistas que estão sendo utilizados de forma a sustentar seu crescimento e assegurar a liquidação dos compromissos.

Caixa e bancos 2025 2024
Aplicações financeiras 9.420 21.313
Total 10.800 23.074
As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não há carências que limitem a liquidez dos recursos disponíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. 5. ADIANTAMENTOS:
2025 2024
Adiantamento de fornecedores 487 95
Empréstimos a funcionários 182 132
Adiantamento de férias 510 915
Total 3.140 2.921
Os adiantamentos correspondem à contratação de serviços de arrendamento ou remunerações pagas a funcionários antecipadamente por força da lei trabalhista ou convenções coletivas. 6. CRÉDITOS A RECEBER:
2025 2024
Concessionárias 8.890 9.008
Venda de veículos 116 261
Postos de vendas 9 9
Contratuais 79 122
Redução ao valor recuperável (8.695) (8.569)
Total 399 439
Circulante 225 439
Não Circulante 174 -
Máquinas e equipamentos 2.238 246
Móveis e utensílios 1.181 331
Veículos de apoio 609 315
Equipamentos de informática 2.765 458
Frota urbana 241.822 82.985
Benefícios e módulos de conforto 7.628 2.411
Módulos de conforto 82 -
Equipamentos embarcados 423 1.239
Total 256.748 87.985
b) Movimentação da depreciação acumulada
Vida Útil Média de
Anos depreç. a.a. 2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025 Adições Baixas
Máquinas e equipamentos 3 33 (1.064) (151) - (1.215) (155) - (1.370)
Móveis e utensílios 4 27 (602) (101) - (713) (120) - (833)
Veículos de apoio 5 20 (380) (113) 133 (350) (90) 40 (400)
Equipamentos de informática 3 33 (1.826) (336) - (2.162) (346) (822) 2.635
Frota urbana 10 10 (88.624) (24.320) 4.303 (108.641) (23.485) 808 (131.318)
Benefícios e módulos de conforto 25 4 (338) (207) - (545) (532) - (1.073)
Equipamentos embarcados 3 3 (3) (287) - (285) (308) 2 (613)
Total (92.837) (25.510) 4.436 (113.911) (25.054) 1.672 (137.293)
Saldo Patrimonial 163.911 62.475 (949) 225.437 (3.923) (324) 221.190
Software 2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Concessão transporte urbano 1.867 11 1.878 - - 1.878
Outros 86.378 - 86.378 - - 86.378
Total 88.823 30 88.857 - - 88.857
(c) Movimentação da amortização acumulada
Vida Útil Média de
em Anos depreç. a.a. 2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Software 5 20 (1.340) (110) (1.450) (88) - (1.538)
Concessão transporte urbano 25 4 (30.642) (3.533) (34.175) (3.523) - (37.698)
Outros 4 25 (189) (8) (197) (6) - (205)
Total (32.171) (3.651) (35.822) (3.619) - (39.441)
Saldo Patrimonial 56.652 (3.621) 53.031 (3.619) - 49.412
11. ALGUELO A PAGAR – Essa conta tem a mesma natureza de arrendamentos a pagar. Nessa conta estão apresentados os montantes de arrendamentos a pagar já vencidos.
2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Aluguel de garagem 5.291 - - - - 5.291
Parcelamento do aluguel de frota 152.416 11.667 8.323 (10.747) - 161.950
Total 157.707 11.667 8.323 (10.747) - 166.950
Circulante 29.907 - - - (24.616) 5.291
Não Circulante 127.800 11.667 8.323 (10.747) 24.616 161.659
(i) Saldo de Aluguel a Pagar com Partes Relacionadas
2023 Adições 2024 Adições Baixas 2024
Aluguel de frota 102.124 71.016 - - (173.140) -
Aluguel de garagem 5.291 - - - - 5.291
Parcelamento do aluguel de frota 8.085 - 4.009 (32.818) 173.140 152.416
Total 115.500 71.016 4.009 (32.818) - 157.707
Circulante 108.560 - - - (78.653) 29.907
Não Circulante 6.940 71.016 4.009 (32.818) 78.653 127.800
(ii) Adições representam a soma das parcelas de contratos de arrendamento reclassificados para "Aluguel a Pagar" e o aluguel variável divulgado no resultado que não mais atendem aos requisitos para contabilização como arrendamentos. A Companhia possui atualmente 299 veículos por locação em 2025 (315 em 2024). O Aluguel de frota aqui divulgado foi reconhecido no resultado, mas não possuem efeito no caixa e não equivalentes de caixa e por isso estão devidamente divulgados na Demonstração de Fluxo de Caixa. Estão assim compostas as adições:
2025 2024
Transol 28.939 27.483
Unibus 44.362 41.165
Modelo 15.246 15.168
Lopes & Fontes 42.936 40.256
Casa Branca 1.716 1.076
Arco Empreendimentos 1.058 1.058
BBG Participações 1.372 1.372
Total 31.321 29.489
Circulante 5.291 29.907
Não Circulante 161.659 127.800
(iii) Estão assim compostas as baixas que correspondem às prestações pagas de aluguel a pagar:
2025 2024
Juros (2.829) (4.009)
Principal (7.918) (28.809)
Total (10.747) (32.818)
12. ARRENDAMENTOS A PAGAR – Saldos reconhecidos no balanço patrimonial. (a) A movimentação do direito de uso em 2025 é a seguinte:
2025 2024
Remensuração Adições Baixas 2025
Garagens 49.433 31.483 6.253 - 87.169
Imóveis 1.008 131 300 (443) 996
Equipamentos 19.065 - 1.329 - 20.394
Posto de venda 4.066 - 83 - 4.149
Total 73.572 31.614 7.965 (443) 112.708
Depreciação Acumulada Taxa média (%) a.a. 2024 Remensuração Adições (Nota 25) Baixas 2025
Garagens 16% (34.762) - (8.790) - (43.552)
Imóveis 18% (504) - (141) 178 (467)
Equipamentos 19,35% (7.744) - (2.426) - (10.170)
Posto de venda 9% (2.016) - (489) - (2.505)
Total (45.026) - (11.846) 178 (56.694)
Saldo Patrimonial 28.546 31.614 (3.881) (265) 56.014
(b) A movimentação do direito de uso em 2024 é a seguinte:
2023 Remensuração Adições Baixas 2024
Frota 29.885 - - (29.885) -
Garagens 40.183 485 8.765 - 49.433
Imóveis 859 111 173 (135) 1.008
Equipamentos 18.532 - 533 - 19.065
Posto de venda 4.250 - 23 (207) 4.066
Total 93.709 596 9.494 (30.227) 73.572
Taxa Depreciação Acumulada média (%) a.a. 2023 Remensuração Adições (Nota 25) Baixas 2024
Frota 23% (28.018) - (1.868) - 29.885
Garagens 16% (27.186) - (7.576) - (34.762)
Imóveis 18% (426) - (119) 41 (504)
Equipamentos 19,35% (5.565) - (2.179) - (7.744)
Posto de venda 9% (1.674) - (421) 79 (2.016)
Total (62.869) - (12.163) 30.006 (45.026)
Saldo Patrimonial 30.840 596 (2.669) (221) 28.546
As adições e remensurações de direito de uso são novas contratações ou alterações por força de reajustes de índices nos contratos de arrendamento e suas evidências não possuem efeitos nos resultados e nem transitam pelo caixa e equivalente de caixa. Os direitos de uso são baixados quando os distritos de arrendamentos são formalizados. Estas movimentações não transitam pelo caixa e equivalente de caixa. (c) A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

dos de Créditos a receber de Concessionárias reflete as ordens de serviços determinadas pelo Poder Concedente após a caducidade do Contrato de Concessão da Baía C no sistema de Transporte de Salvador. Reflete as possibilidades de perdas estimadas em relação aos recebimentos nos próximos 12 meses, majoritariamente relacionados aos créditos mencionados em (i) e considerou o fato de, ao ter declarado a caducidade do contrato de concessão da Baía C, espera-se pela perda da única fonte de recursos que cabia ao cliente. Com base nestas premissas classificou como "remotas" as possibilidades de recebimento. 7. ESTOQUES – A composição dos estoques está demonstrada a seguir:
2025 2024
Peças e acessórios 3.217 4.498
Óleo diesel 697 823
Óleo lubrificante 293 359
Pneus, câmaras e prototores 179 366
Ferramentas 59 66
Equipamento de segurança 76 98
Almoxarifado 493 (849)
(-) Redução ao valor recuperável (580) (326)
Total 4.634 6.727
Os estoques da Companhia são constituídos por peças para manutenção dos veículos utilizados no atendimento à prestação do serviço de transporte urbano. A aquisição de veículos com perfis diferenciados de carrocerias e chassis, aliado a inflação de mercado ocorrida no período, exigiu da Companhia melhorias na gestão e reposição de peças multimarca com características cada vez mais tecnológicas. Diante da tendência observada em 2024 a administração melhorou políticas de estoque ao longo de 2025. "Peças e acessórios" quando são consumidos são reconhecidos no resultado. 8. DESPESAS ANTECIPADAS:
2025 2024
Seguros a apropriar e outros 3.903 3.638
Total 3.903 3.638
A Companhia mantém contrato de seguros de garagens utilizadas nas operações dos serviços e dos veículos de apoio com duração de 1 (um) ano e 9 coberturas que totalizam respectivamente R\$3.000 e R\$1.170. 9. IMOBILIZAÇÃO – a) Movimentação dos ativos:
2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Máquinas e equipamentos 2.238 246 - 2.484 599 - 3.083
Móveis e utensílios 1.181 331 - 1.512 290 - 1.802
Veículos de apoio 609 315 (195) 719 69 (60) 738
Equipamentos de informática 2.765 458 - 3.223 234 (822) 2.635
Frota urbana 241.822 82.985 (5.190) 319.617 17.119 - 336.736
Benefícios e módulos de conforto 7.628 2.411 - 10.039 2.820 (1.114) 11.745
Módulos de conforto 82 - - 82 - - 82
Equipamentos embarcados 423 1.239 - 1.662 - - 1.662
Total 256.748 87.985 (5.385) 339.348 21.131 (1.996) 358.483
b) Movimentação da depreciação acumulada
2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Máquinas e equipamentos 3 33 (1.064) (151) - (1.215) (155) - (1.370)
Móveis e utensílios 4 27 (602) (101) - (713) (120) - (833)
Veículos de apoio 5 20 (380) (113) 133 (350) (90) 40 (400)
Equipamentos de informática 3 33 (1.826) (336) - (2.162) (346) (822) 2.635
Frota urbana 10 10 (88.624) (24.320) 4.303 (108.641) (23.485) 808 (131.318)
Benefícios e módulos de conforto 25 4 (338) (207) - (545) (532) - (1.073)
Equipamentos embarcados 3 3 (3) (287) - (285) (308) 2 (613)
Total (92.837) (25.510) 4.436 (113.911) (25.054) 1.672 (137.293)
Saldo Patrimonial 163.911 62.475 (949) 225.437 (3.923) (324) 221.190
Software 2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Concessão transporte urbano 1.867 11 1.878 - - 1.878
Outros 86.378 - 86.378 - - 86.378
Total 88.823 30 88.857 - - 88.857
(c) Movimentação da amortização acumulada
2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Software 5 20 (1.340) (110) (1.450) (88) - (1.538)
Concessão transporte urbano 25 4 (30.642) (3.533) (34.175) (3.523) - (37.698)
Outros 4 25 (189) (8) (197) (6) - (205)
Total (32.171) (3.651) (35.822) (3.619) - (39.441)
Saldo Patrimonial 56.652 (3.621) 53.031 (3.619) - 49.412
11. ALGUELO A PAGAR – Essa conta tem a mesma natureza de arrendamentos a pagar. Nessa conta estão apresentados os montantes de arrendamentos a pagar já vencidos.
2023 Adições 2024 Adições Baixas 2025
Aluguel de garagem 5.291 - - - - 5.291
Parcelamento do aluguel de frota 152.416 11.667 8.323 (10.747) - 161.950
Total 157.707 11.667 8.323 (10.747) - 166.950
Circulante 29.907 - - - (24.616) 5.291
Não Circulante 127.800 11.667 8.323 (10.747) 24.616 161.659
(i) Saldo de Aluguel a Pagar com Partes Relacionadas
2023 Adições 2024 Adições Baixas 2024
Aluguel de frota 102.124 71.016 - - (173.140) -
Aluguel de garagem 5.291 - - - - 5.291
Parcelamento do aluguel de frota 8.085 - 4.009 (32.818) 173.140 152.416
Total 115.500 71.016 4.009 (32.818) - 157.707
Circulante 108.560 - - - (78.653) 29.907
Não Circulante 6.940 71.016 4.009 (32.818) 78.653 127.800
(ii) Adições representam a soma das parcelas de contratos de arrendamento reclassificados para "Aluguel a Pagar" e o aluguel variável divulgado no resultado que não mais atendem aos requisitos para contabilização como arrendamentos. A Companhia possui atualmente 299 veículos por locação em 2025 (315 em 2024). O Aluguel de frota aqui divulgado foi reconhecido no resultado, mas não possuem efeito no caixa e não equivalentes de caixa e por isso estão devidamente divulgados na Demonstração de Fluxo de Caixa. Estão assim compostas as adições:
2025 2024
Transol 28.939 27.483
Unibus 44.362 41.165
Modelo 15.246 15.168
Lopes & Fontes 42.936 40.256
Casa Branca 1.058 1.058
Arco Empreendimentos 1.372 1.372
BBG Participações 1.321 29.489
Total 31.321 29.489
Circulante 5.291 29.907
Não Circulante 161.659 127.800
(iii) Estão assim compostas as baixas que correspondem às prestações pagas de aluguel a pagar:
2025 2024
Juros (2.829) (4.009)
Principal (7.918) (28.809)
Total (10.747) (32.818)
12. ARRENDAMENTOS A PAGAR – Saldos reconhecidos no balanço patrimonial. (a) A movimentação do direito de uso em 2025 é a seguinte:
2025 2024
Remensuração Adições Baixas 2025
Garagens 49.433 31.483 6.253 - 87.169
Imóveis 1.008 131 300 (443) 996
Equipamentos 19.065 - 1.329 - 20.394
Posto de venda 4.066 - 83 - 4.149
Total 73.572 31.614 7.965 (443) 112.708
Depreciação Acumulada Taxa média (%) a.a. 2024 Remensuração Adições (Nota 25) Baixas 2025
Garagens 16% (34.762) - (8.790) - (43.552)
Imóveis 18% (504) - (141) 178 (467)
Equipamentos 19,35% (7.744) - (2.426) - (10.170)
Posto de venda 9% (2.016) - (489) - (2.505)
Total (45.026) - (11.846) 178 (56.694)
Saldo Patrimonial 28.546 31.614 (3.881) (265) 56.014
(b) A movimentação do direito de uso em 2024 é a seguinte:
2023 Remensuração Adições Baixas 2024
Frota 29.885 - - (29.885) -
Garagens 40.183 485 8.765 - 49.433
Imóveis 859 111 173 (135) 1.008
Equipamentos 18.532 - 533 - 19.065
Posto de venda 4.250 - 23 (207) 4.066
Total 93.709 596 9.494 (30.227) 73.572
Taxa Depreciação Acumulada média (%) a.a. 2023 Remensuração Adições (Nota 25) Baixas 2024
Frota 23% (28.018) - (1.868) - 29.885
Garagens 16% (27.186) - (7.576) - (34.762)
Imóveis 18% (426) - (119) 41 (504)
Equipamentos 19,35% (5.565) - (2.179) - (7.744)
Posto de venda 9% (1.674) - (421) 79 (2.016)
Total (62.869) - (12.163) 30.006 (45.026)
Saldo Patrimonial 30.840 596 (2.669) (221) 28.546
As adições e remensurações de direito de uso são novas contratações ou alterações por força de reajustes de índices nos contratos de arrendamento e suas evidências não possuem efeitos nos resultados e nem transitam pelo caixa e equivalente de caixa. Os direitos de uso são baixados quando os distritos de arrendamentos são formalizados. Estas movimentações não transitam pelo caixa e equivalente de caixa. (c) A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

Table with columns: Taxa Média a.a., Prazo Médio a.a., 2024, Remensuração, Adições, Baixas, Atualiz. (Nota 28), Pagamentos, Transf., 2025, 2024. Rows include Garagens, Imóveis, Equipamentos, Posto de venda, Total, Circulante, Não Circulante.

Maturidade dos contratos – Considerando que os contratos de fluxo de pagamento são subordinadamente contratados com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

Table with columns: Ano, Valor. Rows for 2027, 2028, 2029, 2030, Total.

As adições e remensurações de passivos de arrendamento representam novas contratações ou alterações por força de reajustes de índices e suas evidências não possuem efeitos nos resultados e nem transitam pelo caixa e equivalente de caixa. Os passivos de arrendamento são baixados quando os distritos de arrendamentos são formalizados. Estas movimentações são transações decorrentes de contratos de arrendamento e não transitam pelo caixa e equivalente de caixa corrente. Estão assim compostas as prestações pagas a título de passivos de arrendamentos:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Atualizações Principal, Total.

As transferências divulgadas de "Frota" e "Garagens" são prestações vencidas por força dos contratos de arrendamento e reclassificados a título de "adição" em "Aluguel a pagar" conforme Nota Explicativa nº 12. Saldos de arrendamentos com partes relacionadas não transitam pelo caixa e equivalente de caixa corrente. Estão assim compostas as prestações pagas a título de passivos de arrendamentos:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Garagens (partes relacionadas), Circulante, Não Circulante.

Do montante de arrendamentos total em 2025 no valor de R\$62.054 divulgado na Nota Explicativa nº 12(c), R\$40.072 é transação com partes relacionadas e o restante com partes não relacionadas no valor de R\$21.982 (R\$23.056 em 2024). Do montante total de juros de arrendamentos em 2025 no valor de R\$7.097 divulgado na Nota Explicativa nº 12(c), R\$3.398 é transação com partes relacionadas e o restante com partes não relacionadas no valor de R\$3.699 (R\$1.391 em 2024). Saldos de arrendamentos com partes relacionadas não transitam pelo caixa e equivalente de caixa corrente. Estão assim compostas as prestações pagas a título de passivos de arrendamento Nota Explicativa nº 12(c).

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Casa Branca, Lopes, Fontes e Cia., Transol, União, Camurjipe, Total, Circulante, Não Circulante.

(d) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Frota, Garagens, Imóveis, Equipamentos, Posto de venda, Total Depreciação de Arrendamento, Despesas com juros, Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota Explicativa nº 28).

(e) Os arrendamentos isentos são os contratos de locação de softwares cuja natureza do ativo é intangível e a Companhia adota o expediente de reconhece-los diretamente no resultado.

Table with columns: % Taxas médias a.a., 2024, 2023. Rows for Capital de giro, Financiamentos, Total, Circulante, Não Circulante.

Prestações de empréstimos e financiamentos – Estão as demonstrações as baixas que correspondem às prestações pagas de empréstimos e financiamentos:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Juros Principal, Total, Circulante, Não Circulante.

Concessão a pagar

Table with columns: 2024, Adições, Atualizações, Baixas, 2025. Rows for Concessão transporte urbano, Multas da concessão, STCO, Total, Circulante, Não Circulante.

Concessão a pagar

Table with columns: 2024, Adições, Atualizações, Baixas, 2025. Rows for Concessão transporte urbano, Multas da concessão, STCO, Total, Circulante, Não Circulante.

Conforme Nota Explicativa no 1, o Decreto nº 40.582, de setembro de 2025, regulamentou a anistia destas obrigações, entretanto, não regula a forma e o cronograma previstos na lei e por isso as obrigações permanecem suspensas. A Administração avaliou e interpretou que as atualizações só devem ser corrigidas pelo IPCA até a data de promulgação do referido Decreto. As multas reconhecidas como provisões foram anistadas em 2025, nos termos da Lei nº 9.877. Os saldos provisionados foram revertidos conforme aplicável, a medida que a anistia se tomou efetiva. As baixas aqui divulgadas foram reconhecidas no resultado, mas não possuem efeito no caixa e equivalentes de caixa e por isso foram devidamente reconhecidas na Demonstração do Fluxo de Caixa. STCO (Serviço público de transporte coletivo por ônibus) são obrigações suspensas e atualizadas periodicamente conforme acordos de concessão. Foram classificadas no não circulante em função do Termo de Ajuste de Conduta nº 35/2019 que prevê a possibilidade de parcelamentos dos saldos de

Table with columns: 2023, Reversões, Provisões, 2024, Reversões, Provisões, 2025. Rows for Trabalhista, Cíveis, Tributárias, Total, Circulante, Não Circulante.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Pagamentos, Total, Circulante, Não Circulante.

Em 2025 foram registrados com a seguinte rubrica: "manutenção de equipamentos embarcados" o montante de R\$1.016 (R\$2.197 em 2024); (f) A Companhia optou por adotar o expediente de reconhecer os arrendamentos de curto prazo diretamente no resultado. Em 2025, esses arrendamentos totalizaram um montante de R\$988 (R\$1.067 em 2024). Estes contratos possuem prazos inferiores a 12 meses e geralmente não possuem opções de prorrogação automáticas. (g) Conforme disposições contratuais, a Companhia reconheceu no resultado arrendamentos variáveis que correspondem ao arrendamento de veículos da frota contratados que permaneceram em operação e não foram devolvidos ao arrendador após completarem a idade de 9 anos de vida útil. Estes arrendamentos variáveis não foram inicialmente alocados aos ativos e passivos de arrendamento por serem incertas as suas efetivas utilizações operacionais. Em 2025 estes arrendamentos totalizaram o volume de transações de R\$11.667 (R\$68.455 em 2024) no resultado conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.1. 13. FORNECEDORES:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Fornecedores a pagar, Contas a pagar, Frota, Total, Circulante, Não Circulante.

Para adequação à legislação trabalhista que regulamenta contratos administrativos de fornecimento de refeições, a Companhia firmou em julho de 2023 instrumento de parcelamento no montante de R\$6.034 divididos em 24 prestações fixas de R\$251, cada uma. As prestações pactuadas não possuem índices de correção. 14. ADIANTAMENTOS DE BILHETAGEM:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Adiantamento de bilheteagem, Total, Circulante, Não Circulante.

A Companhia recebe dos clientes antecipadamente as passagens eletrônicas cuja gestão é de responsabilidade do consórcio de bilheteagem "Tuja Card". Os valores são repassados e recebidos na proporção da participação da Companhia no sistema de transporte do município de Salvador. Os adiantamentos são baixados quando há a utilização dos cartões na prestação do serviço de transporte público ou quando o direito ao uso é expirado. A expectativa de Administração é que estes valores se realizem no prazo de 50 a 55 dias ou, se não utilizados, expirem em média de 1 ano. 15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS – A Administração está em até 30 dias o prazo de quitação das obrigações trabalhistas a seguir, exceto para "Férias a pagar":

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Provisões de Férias, Salários a pagar, INSS a recolher, FGTS a recolher, Convênios, Sindicatos, Pensões, Outras, Total, Provisão de Férias a Pagar, de INSS sob férias e FGTS sob férias, INSS a recolher, FGTS a recolher, Total, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS: ISS a desonerar, INSS desconerção, Parcelamentos tributários, PIS e Cofins a recolher, IRRF, Outras, Total, Circulante, Não Circulante.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Os empréstimos e financiamentos são contratados para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro. Os empréstimos ou financiamentos são deduzidos dos encargos a transcorrer. A baixa de passivos financeiros acontece somente quando suas obrigações são liquidadas, extintas ou canceladas. a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for ISS a desonerar, INSS desconerção, Parcelamentos tributários, PIS e Cofins a recolher, IRRF, Outras, Total, Circulante, Não Circulante.

de índices (covenants). Vencimento de dívida: Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos a longo prazo tem seus vencimentos em:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Juros Principal, Total, Circulante, Não Circulante.

Despesas de pessoal

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Despesas de pessoal, Contribuições associativas, Consultorias administrativas, Serviços de terceiros, Manutenção e reparação, Concessionárias e Insumos, Assistências a bilheteagem, Outras, Total das despesas gerais e administrativas.

(j) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração – A remuneração total reconhecida no resultado do pessoal-chave da administração, inclusive da Diretoria é de R\$2.994 em 2025 (R\$2.669 em 2024). 25. DEPRECIACIONES – As movimentações das depreciações estão assim refletidas no resultado.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Depreciação de direito de uso, Depreciação de imobilizados operacionais, Depreciação de imobilizados administrativos, Total, Custos dos serviços prestados, Despesas gerais e administrativas.

Em 31 de dezembro de 2025

Table with columns: Exposição, Valorização, Resultado/PL, Desvalorização, Resultado/PL. Rows for Efeito nos juros dos financiamentos, Efeito nos juros das obrigações da concessão, Efeito nos rendimentos sobre aplicações financeiras, Total, Em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024

Table with columns: Exposição, Valorização, Resultado/PL, Desvalorização, Resultado/PL. Rows for Efeito nos juros dos financiamentos, Efeito nos juros das obrigações da concessão, Efeito nos rendimentos sobre aplicações financeiras, Total.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES – Em 02 de Janeiro de 2026, em decorrência dos estudos tarifários do quadriênio 2023-2026, a Portaria 001/2026 publicada no diário oficial pelo município de Salvador promoveu incremento no preço da tarifa pública de R\$0,30 (trinta centavos) passando a ser cobrada ao público o valor de R\$5,90 (antes R\$5,60). Recebido em janeiro de 2026 a título de desembolsos do contrato de concessão dos meses incoeridos de novembro e dezembro de 2025, respectivamente, parte do montante total esperado divulgado na Nota Explicativa nº 1 do "contexto operacional", referente aos, calculados com base na diferença entre a tarifa técnica e a tarifa pública no montante de R\$8.286. Em janeiro de 2026, a Companhia optou pelos benefícios outorgados pela Lei 14.973 de 16 de setembro de 2024, que trata da substituição da alíquota de 20% do INSS sobre a base de cálculo previdenciária da folha de pagamento. O benefício legaliza a partir de 2026 o recolhimento do CPRB na alíquota de 1,2% (1,8% em 2025) sobre as receitas operacionais mais 10% (alíquota 5% em 2025) sobre a base de cálculo previdenciária da folha de pagamento. Como compromisso ao aderir ao benefício, a Companhia compromete-se a não reduzir os colaboradores em mais de 25% por ano calendário.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Pagamentos, Total, Circulante, Não Circulante.

As reversões incluem os pagamentos com efeito no caixa e estão devidamente refletidos na demonstração do fluxo de caixa são:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Depósitos Judiciais, Total, Circulante, Não Circulante.

21. PASSIVO A DESCOBERTO – i) Capital social – O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$17.000 representado por 17.000.000 (dezesete milhões) de ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 (um real), cada, distribuídos entre os acionistas da seguinte forma:

Table with columns: % Ações. Rows for Acionista, Expresso São Cristóvão, RD Turismo Transporte Rodoviários Ltda., Empresas de Transporte União Ltda., Transportes Sol S/A, Triunfo Transportes Urbanos S/A, União Bahia Transportes Ltda., Modelo Transportes Urbanos Ltda., Total.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía reservas de lucros a distribuir aos acionistas. ii) Prejuízos acumulados:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Em 31 de dezembro de 2023, Em 31 de dezembro de 2024, Em 31 de dezembro de 2025.

22. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS – As operações estão apresentadas a seguir:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Transporte de passageiros, Reparação tarifária, Bilhetes expirados, Outras receitas de transporte, Tributos incidentes, Total.

O Transporte de passageiros reflete a utilização da passagem pelo usuário no sistema de Transporte de Passageiro transportados no município de Salvador cuja arrecadação ocorreu conforme quadro a seguir:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Passagens bilheteagem eletrônica, Passagens em espécie, Total, Reparação tarifária, Outras receitas de transporte, Total.

Reparação decorrente da Lei 9.762, Reparação decorrente da Lei 9.872, Outras receitas tarifárias, Total.

Receita "Bilhetes Expirados" é referente ao reconhecimento dos créditos adinqüidos e não resgatados dentro do prazo legal. Após o prazo legal de utilização os bilhetes perdem a validade e o saldo do adiantamento recebido pela venda é registrado no resultado. Outras receitas de transportes são inerentes ao sistema de bilheteagem eletrônica, como confecção de cartão, 2e vias e revalidações. O Poder Concedente prorrogou as isenções do ISS e da TRCF até 31 de dezembro de 2030 em conformidade com o previsto na Lei 9.877 de 2025. Estas isenções são reconhecidas reduzindo as contas de "tributos incidentes" à medida que os tributos são reconhecidos no resultado e as condições para a obtenção do benefício são satisfeitas conforme já demonstrado na Nota Explicativa no 2.12. 23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Custos de pessoal, Óleo diesel e lubrificantes, Depreciação (Nota Explicativa nº 25), Amortização (Nota Explicativa nº 26), Aluguel de frota, Bilheteagem, Peças, câmeras, Pneus e acessórios, Manutenção de equipamentos embarcados, Manutenções e limpeza veicular, Consultorias operacionais, Serviços de terceiros, Segurança e monitoramento da frota, Legalização da frota, Segurança, Saúde e Meio Ambiente, Manutenção e reparos, Concessionárias e Insumos, Outras, Total dos Custos dos Serviços Prestados.

As transações com partes relacionadas a seguir foram incluídas nos custos, mas não possuem efeitos nos fluxos de caixa da Companhia nos períodos divulgados. Estas transações refletem os aluguéis não computados na mensuração inicial do ativo e passivo de arrendamento conforme norma e quando as condições variáveis são satisfeitas elas são levadas ao resultado do exercício e adicionadas no passivo de Aluguel de Frota (Nota Explicativa nº 11). 24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Despesas de pessoal, Contribuições associativas, Consultorias administrativas, Serviços de terceiros, Manutenção e reparação, Concessionárias e Insumos, Assistências a bilheteagem, Outras, Total das despesas gerais e administrativas.

(i) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração – A remuneração total reconhecida no resultado do pessoal-chave da administração, inclusive da Diretoria é de R\$2.994 em 2025 (R\$2.669 em 2024). 25. DEPRECIACIONES – As movimentações das depreciações estão assim refletidas no resultado.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Depreciação de direito de uso, Depreciação de imobilizados operacionais, Depreciação de imobilizados administrativos, Total, Custos dos serviços prestados, Despesas gerais e administrativas.

Em 31 de dezembro de 2025

Table with columns: Exposição, Valorização, Resultado/PL, Desvalorização, Resultado/PL. Rows for Efeito nos juros dos financiamentos, Efeito nos juros das obrigações da concessão, Efeito nos rendimentos sobre aplicações financeiras, Total, Em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024

Table with columns: Exposição, Valorização, Resultado/PL, Desvalorização, Resultado/PL. Rows for Efeito nos juros dos financiamentos, Efeito nos juros das obrigações da concessão, Efeito nos rendimentos sobre aplicações financeiras, Total.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES – Em 02 de Janeiro de 2026, em decorrência dos estudos tarifários do quadriênio 2023-2026, a Portaria 001/2026 publicada no diário oficial pelo município de Salvador promoveu incremento no preço da tarifa pública de R\$0,30 (trinta centavos) passando a ser cobrada ao público o valor de R\$5,90 (antes R\$5,60). Recebido em janeiro de 2026 a título de desembolsos do contrato de concessão dos meses incoeridos de novembro e dezembro de 2025, respectivamente, parte do montante total esperado divulgado na Nota Explicativa nº 1 do "contexto operacional", referente aos, calculados com base na diferença entre a tarifa técnica e a tarifa pública no montante de R\$8.286. Em janeiro de 2026, a Companhia optou pelos benefícios outorgados pela Lei 14.973 de 16 de setembro de 2024, que trata da substituição da alíquota de 20% do INSS sobre a base de cálculo previdenciária da folha de pagamento. O benefício legaliza a partir de 2026 o recolhimento do CPRB na alíquota de 1,2% (1,8% em 2025) sobre as receitas operacionais mais 10% (alíquota 5% em 2025) sobre a base de cálculo previdenciária da folha de pagamento. Como compromisso ao aderir ao benefício, a Companhia compromete-se a não reduzir os colaboradores em mais de 25% por ano calendário.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Amortização da concessão de transporte urbano, Amortização de softwares, Total, Custos dos serviços prestados, Despesas gerais e administrativas.

(j) A Outorga Inicial da Concessão é amortizada e reconhecida no resultado de forma sistemática e linear pelo prazo contratual de 25 anos sob taxa de 4% ao ano. 27. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS – Os "Outros resultados operacionais" estão resumidamente divulgados no quadro a seguir e evidenciam os ganhos e perdas com o "Resultado da venda de bens e direitos do ativo não circulante", "Resultado com baixa de direitos e obrigações de arrendamento" e "Demais resultados operacionais" detalhadamente apresentados nos abaixo:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Resultado da alienação de bens e direitos do ativo não circulante, Resultado com a baixa de bens, direitos e obrigações de arrendamento, Outros resultados operacionais, Total.

a) Resultado da alienação de bens e direitos do ativo não circulante:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Bens e direitos, Custo da alienação de bens e direitos, Total, Os acordos da concessão preveem que a frota deve operar até completarem 10 anos de uso. Os valores residuais de veículos novos são inicialmente estimados com base nas operações internas observáveis por ser este mercado restrito e não regulado. Após a data limite de uso contratualmente estabelecida a estimativa de vida útil e valores residuais são revisados anualmente com base nas operações de vendas internas da Companhia com veículos da mesma idade. O uso dos veículos após a data limite previsto no instrumento de concessão é permitido pelo Poder Concedente desde que seja observada as obrigações estabelecidas pelo regulamento da concessão. b) Resultado com a baixa de bens, direitos e obrigações de arrendamento:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Baixa da depreciação acumulada de direito de uso, Baixa do passivo de arrendamento, Baixa de direito de uso, Total.

O quadro em questão contém detalhes na Nota Explicativa no 12. Os ativos e passivos de arrendamento são baixados quando os distritos de arrendamentos são formalizados e consequentemente também são baixadas as depreciações e despesas acumuladas. A partir do distrito, as respectivas despesas financeiras dos contratos rescindidos deixam de ser reconhecidas no resultado do exercício. Na formalização dos distritos, a Companhia observou as cláusulas de aviso prévio previstas nos acordos não resultando em gastos com multas por rescisão antecipada nos anos divulgados. c) Outros Resultados Operacionais:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Cessão de bens mobiliários, Indenizações de sinistros, multas e avarias, Receitas comerciais, Riscos ligados a operação, Riscos ligados à atividade, Provisões cíveis e trabalhistas, Outros custos ligados a outros resultados operacionais, Tributos incidentes sobre outros resultados operacionais, Total.

A Companhia arca com gastos em função dos riscos de sua operação. Estes gastos foram assim classificados porque não são essenciais para a prestação dos serviços de transporte público de passageiros. Em 2025 majoritariamente estão registrados os gastos com sinistros da frota, multas operacionais e regulatórias. A Companhia arca com gastos em função de outros riscos gerenciais. Estes gastos foram assim classificados porque não são essenciais para a prestação dos serviços de transporte público de passageiros. Em 2025 majoritariamente estão registrados os gastos com processos trabalhistas. A movimentação não caixa das contingências refletida no resultado e na demonstração do fluxo de caixa é:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Reversões Provisões, Total, 28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO, Despesas financeiras, Juros sobre arrendamentos a pagar, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros sobre obrigações da concessão, Outras, Total, Receitas financeiras líquidas, Variação monetária ativa, Rendimentos sobre títulos de aplicação, Total, Resultado financeiro líquido.

Correspondem à alocação sistemática dos juros incorridos conforme taxa incremental sobre arrendamentos, como divulgado na Nota 12. Das despesas financeiras divulgadas, os valores do quadro seguinte refletem as transações com partes relacionadas. A "Atualização monetária sobre saldos devidos obrigações" reconhecidas as correções sobre saldos devidos quando a Companhia opta por prorrogar os pagamentos das prestações conforme cláusula prevista em instrumento contratual:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Juros sobre arrendamentos a pagar, Juros sobre obrigações da concessão, Total, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros sobre obrigações da concessão, Total.

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 11, calculadas sobre saldos devidos conforme acordo contratual. Os "Juros sobre empréstimos e financiamentos" refletem os juros contratualmente previsto para empréstimos e financiamento e como divulgado nas movimentações contidas na Nota Explicativa nº 17. Reflete a correção do saldo de Concessão a Pagar divulgada na Nota Explicativa nº 18. 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Análise de sensibilidade

considera os cenários possíveis de alta e de baixa baseado-se na variação das taxas nos 12 meses de cada período divulgado. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos, no entanto, a liquidação das transações resulta em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A tabela a seguir ilustra a sensibilidade do lucro e do patrimônio líquido com base na exposição dos instrumentos financeiros mantidos em cada data de encerramento nos seus sensíveis a alterações das taxas. Nos cálculos não são considerados os custos de transação e efeitos fiscais, assim como, mantêm todas as outras variáveis constantes, embora, na prática, seja improvável que as mudanças ocorram isoladamente, pois algumas premissas podem ser correlacionadas.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Despesas de pessoal, Contribuições associativas, Consultorias administrativas, Serviços de terceiros, Manutenção e reparação, Concessionárias e Insumos, Assistências a bilheteagem, Outras, Total das despesas gerais e administrativas.

Em 31 de dezembro de 2025

Table with columns: Exposição, Valorização, Resultado/PL, Desvalorização, Resultado/PL. Rows for Efeito nos juros dos financiamentos, Efeito nos juros das obrigações da concessão, Efeito nos rendimentos sobre aplicações financeiras, Total, Em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024

Table with columns: Exposição, Valorização, Resultado/PL, Desvalorização, Resultado/PL. Rows for Efeito nos juros dos financiamentos, Efeito nos juros das obrigações da concessão, Efeito nos rendimentos sobre aplicações financeiras, Total.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Análise de sensibilidade

considera os cenários possíveis de alta e de baixa baseado-se na variação das taxas nos 12 meses de cada período divulgado. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos, no entanto, a liquidação das transações resulta em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A tabela a seguir ilustra a sensibilidade do lucro e do patrimônio líquido com base na exposição dos instrumentos financeiros mantidos em cada data de encerramento nos seus sensíveis a alterações das taxas. Nos cálculos não são considerados os custos de transação e efeitos fiscais, assim como, mantêm todas as outras variáveis constantes, embora, na prática, seja improvável que as mudanças ocorram isoladamente, pois algumas premissas podem ser correlacionadas.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for Despesas de pessoal, Contribuições associativas, Consultorias administrativas, Serviços de terceiros, Manutenção e reparação, Concessionárias e Insumos, Assistências a bilheteagem, Outras, Total das despesas gerais e administrativas.

Em 31 de dezembro de 2025

Table with columns: Exposição, Valorização, Resultado/PL, Desvalorização, Resultado/PL. Rows for Efeito nos juros dos financiamentos, Efeito nos juros das obrigações da concessão, Efeito nos rendimentos sobre aplicações financeiras, Total, Em 31 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e diretores

Ótima Transportes de Salvador SPE S.A.

Salvador – BA

Opinião – Examinamos as demonstrações contábeis da Ótima Transportes de Salvador SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ótima Transportes de Salvador SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** – Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** – Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis, que descreve que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo no montante de R\$36.704 mil, tendo apresentado

patrimônio líquido negativo no montante de R\$293.354 mil, além de passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$161.160 mil. Esses eventos e condições, em conjunto com outros aspectos mencionados na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na citada nota explicativa. Nossa opinião não está ressaltada com relação a esse assunto. **Outros assuntos** – As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 30 de abril de 2025, não continha ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** – A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do au-**

ditor pela auditoria das demonstrações contábeis – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de abril de 2026. **Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.** – CRC 2SP-025.583/O-1. **João Rafael Belo de Araújo Filho** – Contador CRC 1SP-246.752/O-6.

DIRETORIA

ROGÉRIO DE ALMEIDA BRAGA – Diretor Presidente
ALEXANDRE PALHARES NAVARRO – Diretor Operacional
BENEDITO SILVA JUNIOR – Diretor Administrativo-Financeiro
ZILDO POSSE – Diretor de Manutenção
Mazoni Assessoria - CRC/BA 007997/O-5
Tarciso Nascimento da Silva - Contador - CRC/BA - 030966/O